

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ATA DA 28^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

1
2

3 Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2009, às 14h30min, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
4 Estado do Rio de Janeiro, deu início à 28^a Reunião Ordinária, no auditório do INEA, 6º andar, localizada na
5 Avenida Venezuela, 110, Bairro da Saúde, Rio de Janeiro, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) *Apresentação e discussão sobre "Tecnologias de saneamento de tempo seco";* 2) *Aprovação da ata da 27^a Reunião Ordinária do CERHI-RJ;* 3) *Aprovação da Resolução do CERHI-RJ referente à Resolução nº 024 /09 CBH-Lagos São João;* 4) *Aprovação do novo Regimento Interno do CERHI, elaborado pelo GT-RI e aprovado na CT-IL;* 5) *Apresentação da minuta do Decreto de alteração dos nomes e área de abrangência dos comitês criados antes da Resolução No. 18/06-CERHI-RJ;* 6) *Assuntos Gerais.*; Estavam presentes 32 membros do Conselho entre titulares e suplentes, a saber: Representando os Usuários: : Eduardo Schlaepfer Ribeiro (Nova CEDAE), Dante Luiz Luvisotto (Águas de Niterói), João Vieira Araújo (LIGHT) Luiza Cristina Krau Oliveira (FURNAS), Cláudia Dias (UTE- Norte Fluminense), Luiz Eduardo Uberti São Thiago (FIRJAN), Miguel Nelson Lasalvia (FECONÉRCIO), Leopoldo Eugênio Erthal (FAERJ), Zenilson do Amaral Coutinho (ASFUCAN). Representando a Sociedade Civil: Friedrich Wilhelm Herms (UERJ), Elias Fernandes de Souza (UENF), José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Donato José Velloso (Lagoa Viva), Humberto José de Albuquerque (ABAS-RJ), Antônio César Aragão Paiva (CBH-Guandu), Mauro Alexandre Prioste (CBH-Macaé), Maria Aparecida Vargas (CEIVAP), Arnaldo Villa Nova (Consórcio Lagos São João), Mário Flávio Moreira (CBH- Lagos São João), Paulo Sérgio de Souza Leite (CBH- Piabanga), Carlos Buarque Viveiros da Silva (IBG), Rovani Souza Dantas (MERO), Flávia Lanari (APALMA). Representando o Poder Público Estadual: Douglas Barbosa (Prefeitura de Iguaba Grande), Willians M. Lima (Prefeitura de Maricá), André Luiz Cavalieri (Prefeitura Engenheiro Paulo de Frontin), Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA), Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA), Fátima Lourdes Casarin (NUGERH/DIGAT/INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Aderson Marques Martins (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços), Pedro Hugo Miller (Secretaria de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços). Faltas justificadas: Sr.^a Maria Luiza Ferreira da Silva (SAAETRI), Sr. Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN) e Sr. Marley Caetano de Mendonça (MMA). Participaram ainda como convidados: Adacto Ottoni (CREA), Oscar Rosa Nepomuceno da Silva Neto (CBH-Piabanga), Paulo Jorge Xavier de Souza (FUNDENOR), Denival Costa (CBH-Médio Paraíba) Moema Versiani Acselrad (GEIRH/DIGAT/INEA), José Carlos Lemgruber (CBH- Piabanga), Dora Negreiros (IBG) José Machado (Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin), Alan Carlos Vieira Vargas (INEA) Raquel C. da Rocha (Procuradoria/INEA), Daniel Freitas, Relidiana Amâncio (NUGERH/INEA) e Camila Bastos (NUGERH/INEA). A mesa foi composta pelo **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA e Secretário Executivo do CERHI)** pela **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)**, sendo instalada a 28^a Reunião Ordinária do CERHI - RJ. Após os cumprimentos iniciais, **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA e Secretário Executivo do CERHI)** comunicou a ausência do presidente do CERHI, Sr. Paulo Canedo, e que como Secretário Executivo do CERHI, ele iria conduzir os trabalhos na reunião. Passou, então, ao primeiro ponto de pauta 1) *Apresentação e discussão sobre "Tecnologias de saneamento de tempo seco"* ressaltando que este havia sido um pedido feito a ele na reunião anterior do CERHI. Iniciou dizendo que a partir lançamento do Pacto de saneamento, uma série de ações sobre o tratamento em tempo seco vêm sendo discutidas, como forma de se buscar atingir uma quantidade de tratamento maior em um curto espaço de tempo. Argumentou que o assunto gera uma série de discussões e que o primeiro ponto a se esclarecer é que toda vez que se fala sobre tratamento em tempo seco, não está se falando em colocar o tratamento em tempo seco no lugar do sistema separador absoluto, pois na visão do Estado não há a idéia de substituir o separador absoluto pelo tempo seco, visto que isso geraria uma reação contrária do próprio Estado, devido a uma série de questões. Mas que mesmo assim deve-se avançar na discussão de saneamento, talvez no sentido de discutir sobre separador unitário, visto que não existe no Estado nenhum separador unitário propriamente, impermeabilizado com dispositivos que evitem a saída de odor e dimensionados adequadamente para chuva e esgoto ao mesmo tempo. Explorou sobre o caso do Lagos São João, onde desde 2006, foram introduzidas ferramentas para aprimorar o sistema de tratamento em tempo seco, a fim de minimizar alguns problemas enfrentados no processo, mas não se perdendo de vista que mesmo lá está planejada uma fase subsequente, a partir de 2010, onde o investimento será concentrado nas redes separadoras. Portanto, o tratamento em tempo seco teria um objetivo inicial de pegar o que já está nas galerias pluviais, e que relativo ao tratamento em tempo seco, se fala em construção de uma elevatória do local de onde seria dimensionado para o separador absoluto, e já se faz a estação de tratamento com a previsão do sistema

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

55 definitivo. A única diferença é que, em termos de rede, procura-se fazer cinturões, interceptações para lançar 56 nesta elevatória, a fim de agilizar o processo, e que as respostas dos corpos hídricos são muito rápidas. 57 Exemplificou o caso da região dos Lagos, dizendo que com 2 anos de obras, já se descartou 66% do esgoto 58 produzido. Lembrou que 70% do custo de tratamento de esgoto está na rede separativa (rasgar asfalto, colocar 59 tubulações), com os outros 30% sendo investidos nas Estações de Tratamento e nas redes de elevatórias. Citou 60 que no país, o investimento em tratamento de esgoto é de 180 milhões de reais, e que só no Rio o custo deve 61 chegar a 10% deste valor. Explicou que o abastecimento de água da Região dos Lagos se dá pela represa de 62 Juturnaíba, e que havia duas concessões de saneamento, feitas em 1998, e que como o manancial abastecedor 63 era único, foi feito um modelo de concessão no qual o Estado é dono de 50% da concessão e os municípios são 64 donos do restante, e acabou que foi dividido em 2 lotes, ficando uma empresa responsável por atuar em Cabo 65 Frio, São Pedro, Iguaba, Arraial do Cabo e Búzios, enquanto a outra operaria em Araruama, Silva Jardim e 66 Saquarema. Disse que estes contratos, quando feitos, não tocavam a fundo no assunto de captação em tempo 67 seco. O contrato só falava em termos percentuais, pelos quais, no fim da concessão (em 25 anos), 70% do 68 esgoto da área urbana deveria estar tratado e mais de 90% das áreas deveria estar atendidas quanto a questão 69 da água. As metas intermediárias também não tratavam dos municípios de forma isolada, relacionava-se 70 apenas à concessão. Por esta razão, todos os planos das concessionárias, no início do processo, tratavam-se 71 basicamente de investimento em Cabo Frio e Búzios, e com isso estariam atendendo estes percentuais iniciais 72 e de longo prazo dentro da área de concessão, sem tocar na parte dos municípios, individualmente. Disse que 73 nas décadas de 80 e 90, tinha-se uma concepção de que saneamento se restringia à colocação de manilhas e 74 fechamento das valas negras, mas que com isso cada vez mais as defesas naturais foram acabando e tudo indo 75 direto para a Lagoa, gerando problemas, como a eutrofização. Argumentou que historicamente, no Brasil, e 76 mesmo no Rio, houve vários casos onde a rede separativa foi feita, investiu-se recursos, e ainda assim, não se 77 conseguiu se livrar dos esgotos nas galerias pluviais, pela baixa adesão da população a rede separativa, nestes 78 casos. Deu como exemplo, a lagoa Rodrigo de Freitas, onde, mesmo com todo o saneamento feito nos bairros 79 ao redor da lagoa, desde a década de 60, e com a construção do emissário submarino, a lagoa só parou de ter 80 um grande despejo de esgoto quando se criou o cinturão e desviou. Ou seja, tinha-se a rede separativa, e depois 81 se fez o cinturão (tratamento em tempo seco). Na Região dos Lagos, o processo foi inverso, resolveu-se 82 primeiro fazer o cinturão, para depois partir para rede separativa, ocorrendo este processo de uma forma 83 bastante aberta, com discussão da sociedade, com o consórcio e com o comitê. E que essa situação foi 84 legitimada através de um TAC entre o Ministério Público e as duas concessionárias, no qual estas admitiam 85 que o sistema que estava a ser implantando ainda não era o ideal, comprometendo a ajustar sua conduta, aos 86 poucos, até que se chegasse ao ideal, que seria o separador absoluto. Comentou sobre os prós e contras do 87 sistema tratamento em tempo seco), considerando como aspectos favoráveis: proteção ao corpo final (o rio 88 ou a lagoa) num tempo muito rápido; a balneabilidade, retornando os corpos hídricos para um condição de 89 uso. Salientou que estes resultados otimizam os investimentos e permitem que o sistema vá se aperfeiçoando 90 aos poucos. Entre os aspectos desfavoráveis. Citou o fato de o sistema de drenagem pluvial não ter sido 91 dimensionado para recepção de esgoto, mas o está recebendo, visto que o sistema de drenagem pluvial é feito 92 com manilha de concreto, não impermeável e sem selante, ocorrendo assim infiltração e exfiltração. Disse que 93 se deve ficar claro que não se trata de sistema unitário, pois neste dimensiona-se para chuva e esgoto, além de 94 ser estanque (não ocorrendo infiltração e exfiltração) e não haver problema de odor, pois se usa sistema de 95 sifonamento para não ter cheiro. Já no tempo seco há problema do odor desagradável. Também falou sobre o 96 aspecto desfavorável quanto à estética, pois eventualmente haverá presença de valões a céu aberto que 97 desembocarão nos corpos hídricos e que, neste caso, pode usar a estratégia de interceptá-los até que consiga 98 cinturá-los. Falou dos tipos de tratamento por galeria pluvial e por canais abertos. Mostrou o exemplo o 99 município de Araruama, na qual a área de praia é toda coberta por sub-elevatórias que darão numa elevatória 100 maior a qual leva até a estação de tratamento. Já na parte central do município, que é toda formada por 101 edifícios, há uma galeria que conduz para as duas extremidades foram interceptadas para ser lançadas. A 102 interceptação se deu por meio da colocação de uma fiada de 10 cm de tijolo no final dessa galeria celular. 103 Quando não chove, se tem o esgoto que vem de ligações clandestinas na forma de um filete de cerca de 2 cm 104 que ao bater na parede no fundo da galeria, cai numa interceptação, a qual joga para dentro da elevatória, de 105 onde é levada para o centro de tratamento. Com a chuva, a galeria começa a receber chuva de toda a bacia, há 106 um acúmulo de água, transpassando a barreira de 10 cm do fundo; quando a chuva para, e começa a diminuir o 107 nível, vai tudo para o sistema. Isto representa um prejuízo para o sistema, pois acaba se coletando um efluente 108 muito pouco concentrado, sendo a DBO de um esgoto normal coletado em rede separativa 10 vezes maior do

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

109 que o esgoto coletado por este sistema, o que atrapalha o sistema de tratamento por causa da grande variação.
110 Também mostrou o sistema de barramento a céu aberto feito no Canal do Mataúna, o qual drena uma bacia de
111 54km², sendo este um sistema mais grosseiro, no qual quando chove, verte por cima do barramento, e leva-se
112 10 dias para parar de verter, pois continua drenando a bacia inteira. O sistema de barramento mostrou
113 resultados muito satisfatórios, porque com ele tem-se uma retenção de todo sólido de fundo, e ainda que esteja
114 chovendo o sistema de captação está ligado, então quando a chuva traz a descarga de fundo, esta descarga é toda
115 chupada através do sistema. Comentou que em cabo frio se optou por um sistema de comportas nas saídas das
116 galerias celulares, pelo qual, com a abertura das comportas há vazão total. Há presença de sensores nas
117 comportas, que avisam o momento no qual elas devem ser abertas para uma central de controle operacional,
118 que envia torpedos aos responsáveis e aos membros dos comitês, avisando que uma dada comporta foi aberta
119 por atingir o nível crítico, assim como que a comporta foi fechada. O problema apresentado por este sistema é
120 que, quando há um grande período de estiagem, o lodo vai se acumulando no fundo da galeria. Logo, quando
121 chove e a comporta é aberta, pela força da águas acaba se arrastando esse “suco concentrado de lodo” para a
122 lagoa. Disse que por essa razão, o INEA já notificou a concessionária responsável, para que se faça, até o
123 verão, a coleta do lodo de fundo. E explicou que no sistema de barramento não ocorre este problema, pois o
124 sistema retém todo o lodo. Citou Silva Jardim como um exemplo em que mesmo fazendo rede separativa em
125 toda a cidade, o percentual de ligações era muito pequeno, de forma que foi acordado com a concessionária
126 que essa pagaria a bancar a ligação, a fim de aumentar a participação da população. Mostrou os dados do
127 monitoramento realizado nas praias da região, aonde ocorre despejo de esgoto, antes de o sistema entrar em
128 carga e depois, relativos à colimetria, fósforo, DBO, demonstrando que os resultados foram rápidos e muito
129 satisfatórios. Complementou dizendo que o que se gastou para implantar o sistema lá, caso tivesse sido gasto
130 para implementar a rede separativa, só seria possível implementar numa área muito pequena, que não
131 representaria nem 10% do volume total, quando, pelo sistema adotado, já se atingiu o percentual de 66% de
132 esgoto tratado, em apenas um ano, e que a meta até o ano seguinte era atingir 98% de esgoto tratado. Disse
133 que esses resultados servem como um estímulo à região e ao comitê. E disse que já foi fechado um novo
134 pacote até 2013 na região. Argumentou que o pacto pelo saneamento não está amarrado à questão do
135 tratamento em tempo seco, pois na verdade a idéia é se fazer rede separativa, mas que em alguns locais, como
136 por exemplo na Barra da Tijuca, estudam-se outras alternativas, como entrar com um cinturão, para
137 tratamento em tempo seco, e depois de uns 10 anos, desativa este sistema e entra com a rede separativa. Após
138 sua explanação **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** convidou o Sr. José Alfredo Sertã
139 (ABES-RJ) para ler um documento com a manifestação da ABES a respeito do assunto, argumentando que
140 ABES acompanha, de perto, a questão do pacto pelo saneamento, pois como associação da área, louva
141 iniciativas que levem a questão do saneamento a frente. Disse que no Estado do Rio está-se forçosamente a
142 seguir a questão do “Pacto pelo saneamento”, pela questão dos 70% dos recursos a serem destinados à área de
143 saneamento, e que a Região dos Lagos em 2010 alcançará o percentual de 80% investidos em saneamento,
144 ficando desobrigada a partir de então de destinar este percentual, podendo usá-lo em outros projetos. Passou a
145 palavra ao Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ). **Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ)** falou a respeito do evento
146 promovido pela ABES na SEAERJ intitulado “Análise da Poluição por Esgoto Sanitário”, no dia 08 de dezembro
147 de 2008, com o intuito amplo de análise técnica para uma posição adequada no que tange à gestão de
148 problema de esgoto sanitário, com mais de 130 participantes. Comunicou que o presidente da ABES pretendia
149 participar desta reunião do CERHI, mas devido a outros compromissos, não pôde comparecer. Passou, então, à
150 leitura do documento, que representava uma síntese do que havia ocorrido na reunião realizada na SEAERJ e
151 em outras 3 reuniões sobre o tema, salientando que encaminharia este documento ao CERHI, para que este
152 faça a devida divulgação. Após a leitura do documento, **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do**
153 **INEA**) abriu espaço para as perguntas. **Sr. Adacto Ottoni (CREA)** falou que não era contra a coleta em tempo
154 seco como solução emergencial, mas que se deveria fazer uma apresentação mais detalhada. Falou do caso de
155 Araruama, onde o esgoto coletado é de água pluvial com drenagem subterrânea, sendo água salobra, e por isso
156 de difícil tratamento, pois não é esgoto sanitário puro, o que onera a gestão. Disse que a solução usada em
157 Araruama, que possui rios de pequeno porte, não poderia ser utilizada similarmente em rios de grande porte.
158 Então, deve-se avaliar cada caso, sempre com o foco em solução emergencial. Argumentou que o tratamento
159 em UTR (unidade de Tratamento de Rio), ou seja, jogar o esgoto dentro do rio, matar o rio, e pegar a água do rio
160 e bombar para tratamento, é na verdade um tratamento em tempo seco camuflado, e que traz um ônus
161 ambiental muito grande. E que, dentro da boa técnica, recomendaria que fosse feita efetivamente uma coleta
162 em tempo seco, mas não através de UTR, como vem sendo divulgado. Disse achar que o CERHI não deve

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

163 aprovar a UTR como solução para coleta em tempo seco, e sim realizar soluções emergenciais que a médio e
164 longo prazo se tornem soluções definitivas. Falou que outro ponto fundamental na solução emergencial é fazer
165 um monitoramento ambiental junto com a coleta em tempo seco, tal como foi feito em Araruama.
166 Argumentou que outro ponto fundamental seria o controle de uso e ocupação do solo, ou seja, é importante
167 que, nessas parcerias que o governo planeja implementar para controle do esgoto, se faça parceria também
168 com as prefeituras, já que grande parte desse esgoto é proveniente de ocupação irregular. Além disso, os
169 municípios deveriam estar comprometidos em implantar o georreferenciamento nas bacias, e não ter
170 qualquer tolerância às ocupações irregulares e fazer um trabalho de revitalização da bacia. Disse que dado o
171 problemas das enchentes, é necessário construir pequenos e médios reservatórios, para evitar o
172 transbordamento do rio quando chove, melhorar infiltração das bacias, e proteger as faixas marginais de
173 proteção, pois não pode se pensar apenas em atacar as consequências. Disse que, a curto prazo, a coleta a
174 tempo seco é uma solução emergencial, a qual que não deve vir sozinha. E, a médio e longos prazos, tem que
175 haver um comprometimento com a rede coletora separador absoluta. Falou que um dos grandes problemas da
176 coleta a tempo seco é que só há galerias pluviais. Logo, quando há esgoto, a velocidade é baixa, causando
177 assoreamento. Sugeriu que, na questão das casas que não se interligam ao sistema, o importante é realizar
178 uma fiscalização severa, através de um mecanismo de pressão como a multa. Sr Luiz Firmino concordou com
179 todas as observações expostas. **Sr. Arnaldo Villa Nova (Consórcio Lagos São João)** respondendo a Sr. Adacto,
180 falou que o problema é que no passado, montava-se o loteamento e colocava o dreno desembocando no lago
181 ou no córrego, e isso se trouou uma situação permanente, sem que houvesse qualquer intervenção do estado.
182 Então, quando se faz uma rede de esgoto, o indivíduo prefere não gastar dinheiro a interligar-se à rede de
183 esgoto. E que para aplicar multa nestes casos, é muito complicado. Continuou, argumentando que, com
184 exceção de 2 rios, todos os demais rios da região são valões de esgoto. Assim sendo, a solução seria, caso haja
185 recurso, fazer a interceptação do rio, levá-lo para uma *Wetland* (a qual remove a carga orgânica e mineral), e
186 depois do tratamento, jogá-lo limpo mais a frente. Ou seja, está se fazendo uma proteção ao meio ambiente.
187 Considerou que cada caso deve ser avaliado isoladamente. **Sr. Mauro Alexandre Prioste (CBH-Macaé)** disse
188 que em Rio das Ostras há a implantação do Sistema separador, e estão começando a fazer a ligação para o
189 sistema de tratamento de esgoto e o problema é que a população sabe que há a drenagem do esgoto, mas faz
190 questão de usar a drenagem pluvial, sendo mais um problema cultural. Considerou que se deve fazer no
191 município um trabalho de educação ambiental com toda a população, para se mudar a visão que eles têm em
192 relação à captação de esgoto. **Sr. Paulo Sérgio de Souza Leite (CBH- Piabahna)** parabenizou a apresentação
193 de Luiz Firmino e disse que gostaria de ter acesso ao documento apresentado na ABES. Disse que há um caso
194 na região do Piabahna, e existem questionamentos relativos à estação que lá existe e que achava que era
195 interessante que o assunto fosse discutido no âmbito do CERHI, e que o mesmo ajudasse no processo,
196 subsidiando os comitês de informações para que os mesmos pudessem pensar melhor no seu Plano Diretor
197 na região. Disse que na Região Serrana não há uma situação como a da Lagoa de Araruama, e que isso sendo
198 implantando à montante da bacia do Piabahna, ficariam apenas 2,5 km tratados, pois logo depois há um
199 afluente que não possui estação de tratamento de tempo seco, ocorrendo novamente a poluição da bacia, ou
200 seja, a estação está funcionando para tratar 2,5 Km de rio. Argumentou que por esta questão, levantou o tema
201 para ser discutido, e falou considerar o posicionamento do Presidente do INEA bastante pertinente, e que a
202 discussão deve avançar para que haja um denominador comum. E ainda que o Piabahna apóia também uma
203 outra alternativa, a qual vem sendo implantada no CBH Piabahna em parceria com o INEA e com a prefeitura
204 de Petrópolis, além de estar investindo também em outras alternativas, só que a questão do tempo seco era um
205 problema para o comitê e por isso trouxeram o assunto á tona. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira**
206 (**Presidente do INEA**) disse que cada caso era um caso, e que no caso da Lagoa de Araruama foram 3 anos de
207 discussão do processo de gestão de bacia, de 2000 a 2003, até se chegar a uma conclusão. Argumentou que,
208 em todos os casos, os comitês devem ser os protagonistas da discussão e que é necessário se discutir a
209 questão dos 70%, que já valem desde maio de 2008, saber como cada comitê planeja seu plano de aplicação dos
210 70%, citando a Resolução do CBH Lagos São João que previa a aplicação dos recursos de 2008 e que seria posta
211 em votação, na qual já estava reservado o valor, mas não estava fechado a aplicação, a qual provavelmente
212 seria feita no Plano Diretor geral, para que fossem feitos projetos para os municípios que não fazem parte da
213 concessão. Salientou que o assunto do tempo seco não se esgota, e sim traz mais uma luz à discussão. Disse
214 estar convicto que não existem duas correntes (tratamento em tempo seco ou por rede separativa), pois
215 sempre se trata de fazer rede separativa, mas que em alguns casos para se chegar até rede separativa, é
216 compensatório fazer o tratamento em tempo seco. Reiterou que o Estado, pelo ponto de vista do pacto pelo

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

217 saneamento, não quer deixar de abordar a questão do tempo seco, pois se consegue resultado em um curto
218 espaço. Disse esperar que os comitês ajudem a definir seus sistemas de saneamento, e para isso é necessário
219 se ter o domínio da questão, para que se possa fazer bons projetos. **Sr. José Alfredo Sertã (ABES)** disse
220 ratificar a disposição da ABES em continuar cooperando neste assunto, assim como está disposta a participar
221 de outros encontros tanto no âmbito do CERHI como junto aos comitês. Dando sequência à pauta, **Sr. Luiz**
222 **Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** abordou o item 2) *Aprovação da ata da 27ª Reunião*
223 *Ordinária do CERHI-RJ*, perguntando se havia correções a serem feitas. A **Sr.^a Luiza Cristina Krau (FURNAS)**
224 solicitou que na linha 73, se fizesse as alterações dos valores 4,5 milhões/mês e 25 milhões/mês para 4,5
225 milhões/ano e 25 milhões/ano, respectivamente. Foi observado que algumas atas impressas pelos membros
226 apresentavam diferenças de configuração. Então, **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)**
227 sugeriu que a partir da reunião consequente, os documentos fossem enviados pela Secretaria Executiva do
228 CERHI aos membros em formato PDF, havendo concordância membros. **Sr. José Alfredo Sertã (ABES)**
229 solicitou que na linha 130 a expressão “alguns temas” fosse substituída por “outros temas”. Em seguida, **Sr.**
230 **Oscar Rosa Nepomuceno da Silva (CBH-Piabanga)** indagou a respeito da fala do Sr. Paulo Canedo
231 (Presidente do CERHI) presente na linha 133, onde este sugeriu “que o levantamento das pendências fosse
232 inserido como item 6 da pauta, antes do item “Assuntos gerais”, dizendo que esse item não foi incluído na
233 pauta da 28ª reunião. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)**
234 explicou que a solicitação se referia a inclusão do referido item na ata da 27ª Reunião, porém quando da
235 convocação para a 27ª reunião, este item não constava da pauta; assim sendo **Sr. Paulo Canedo (Presidente**
236 **do CERHI)**, no início da referida reunião, havia comunicado que o item não estava incluído na pauta, mas que
237 gostaria de incluir, formalmente, na pauta a sugestão de verificar o andamento das pendências. Após a
238 explicação, sugeriu que se melhorasse o aspecto redacional do trecho. O **Sr. Paulo Sérgio de Souza Leite**
239 **(CBH- Piabanga)** pediu que na linha 177 o trecho “*questiona se o Caderno possui informações que possibilite*
240 *entendê-lo como um Plano Diretor de Bacia*” fosse trocado por “*indica que o CBH Piabanga está avaliando o*
241 *Caderno 4 do CEIVAP, pois o mesmo não contemplava todas as necessidades do CBH Piabanga.*”. **Sr. João Vieira**
242 **de Araújo (LIGHT)** pediu que fosse reescrita a linha 219 da seguinte forma: “(...) reafirmou a necessidade do
243 CEIVAP indicar seus representantes na comissão e o accordado passar pelo Jurídico do INEA antes da
244 aprovação e deliberação do assunto.” **Sr. José Alfredo Sertã (ABES)** pediu que o fosse alterada a redação de
245 sua fala, presente na linha 221 para (...) argumentou que as dificuldades de gestão e de funcionamento
246 apresentadas levam à urgência de haver uma Comissão bilateral operando. **Sr.^a Flavia Lanari (APALMA)**
247 mencionou sua fala da reunião anterior, linha 303, a respeito dos representantes de Maricá, ressaltando a
248 presença do representante do município nesta 28ª reunião, **Sr. Carlos Buarque Viveiros (IBG)**, pediu que
249 fosse corrigida a redação da linha 328 para “voltou a comentar sobre as dificuldades do CBH-Baía de
250 Guanabara, em especial no exame de assunto complexo como o pacto pelo Saneamento. **Sr.^a Luiza Cristina**
251 **Krau (FURNAS)** solicitou que, na linha 421 se corrigisse a abreviatura CNRHI para CNRH, e que na linha 422
252 se acrescentasse “do CNRH” após Câmaras Técnicas. **Sr. José Alfredo Sertã (ABES)** solicitou que na linha 456
253 se mudasse “entidades concessionárias” para “entidades titulares desses serviços públicos”, assim como se
254 substituisse na linha 458 a expressão “ente concessionário” por “ente titular”. Também pediu que mudasse a
255 redação da linha 460 de “estaçao de tratamento em tempo seco” para “captação e estação de tratamento em
256 tempo seco”. **Sr.^a Cláudia Dias (UTE)** sugeriu que as sugestões para revisão das atas fossem enviadas à
257 Secretaria Executiva por email. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e**
258 **Território/INEA)** disse que seria adotado um novo procedimento relativo à correção das atas, para agilizar
259 este procedimento. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)**, complementou, solicitando que, quando o pedido
260 de alteração fosse extenso ou pudesse alterar o teor da frase, este pedido fosse encaminhado, por escrito, à
261 Secretaria Executiva, para verificação e se necessário, alteração. Solicitou, inclusive que essas demandas de
262 modificação fossem enviadas antes da reunião, a fim de que as atas já chegassem à reunião com as devidas
263 alterações. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)** sugeriu que se
264 terminasse a correção da ata da 27ª reunião, e que este novo procedimento fosse realizado só a partir das
265 próximas reuniões. As sugestões foram colocadas em votação, e aprovadas por unanimidade. **Sr. Friedrich**
266 **Wilhelm Herms (UERJ)** sugeriu que estas sugestões constassem no Regimento Interno. A **Sr.^a Rosa Formiga**
267 **Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)**, então, colocou a ata da 27ª reunião ordinária
268 em votação, sendo a mesa aprovada por unanimidade. Passou-se então ao próximo item 3) *Aprovação da*
269 *Resolução do CERHI-RJ referente à Resolução nº 024 /09 CBH-Lagos São João. Sr.^a Rosa Formiga Johnsson*
270 **(Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)** então convidou o Sr. Mário Flávio Moreira (CBH-Lagos

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

271 São João) para apresentar a Resolução. **Sr. Mário Flávio Moreira (CBH Lagos São João)** explicou que a 272 Resolução havia passado pelas duas câmaras técnicas (CT-ISG e CT-IL), havendo algumas recomendações de 273 um maior esclarecimento no sentido de onde seria o plano Diretor de saneamento, composta da Lei 5234, e 274 que o Comitê na sua última reunião definiu os percentuais dirigidos ao plano de saneamentos: 40% do total, 275 que equivale a 70% de maio a dezembro de 2008. Disse que na versão submetida às Câmaras Técnicas faltava 276 o texto “elaboração de plano de saneamento integrado para a região hidrográfica Lagos São João” no Anexo 1. 277 Esclareceu que o comitê deliberou sobre os valores, mas que cada item previsto na resolução passará depois 278 na sua respectiva Câmara Técnica, para estabelecer como o recurso será empregado. **Sr. Rovani Dantas** 279 (**MERO**) indagou a respeito das planilhas com os recursos do fundo, a fim de que constasse os valores, para 280 pudesse se saber se há recursos para atender as solicitações do comitê. **Sr. Mário Flávio Moreira (CBH Lagos** 281 **São João)** solicitou à Sr.^a Moema Versiani (INEA), que apresentasse as referidas planilhas, **Sr.^a Moema** 282 **Versiani (GEIRH/INEA)** explicou que o CBH Lagos São João deliberou sobre os recursos da subconta 283 referente aos anos de 2007 e 2008, comunicando o saldo de 2007 e a arrecadação de 2008, e falando que, para 284 atender ao dispositivo da lei 5234/08, a partir de maio de 2008, a arrecadação referente ao setor saneamento 285 vem separada no cálculo da subconta. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** indagou se já 286 foi observado como será a contratação, se será feita direta pelo INEA ou se dependerá de convênio. **Sr. Mário** 287 **Flávio Moreira (CBH Lagos São João)** respondeu que ainda não foi resolvido, havendo a necessidade de se 288 discutir com o INEA, para saber o que poderá sair diretamente do INEA, pois seria mais rápido. **Sr. Luiz** 289 **Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** disse que tudo o que é licitável, poderia sair direto do INEA, 290 e disse que se deve tentar seguir mais por esse via, para agilizar a utilização dos recursos, até que se tenha 291 clareza quanto à questão das entidades delegatárias ou até que se tenham outras soluções. Foi pedido 292 esclarecimento sobre a questão das entidades delegatárias, indagando se a prestação de contas que o comitê 293 utilizava o recurso do FUNDRHI era feita da mesma forma que a prestação de contas relativa a utilização de 294 recursos públicos em geral. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** disse que sendo no 295 INEA ou sendo no comitê, a prestação de contas deveria seguir os preceitos da lei 8666, visto que os comitês 296 são conveniados com o poder Público para utilizar dinheiro público, e por isso, só pode fazê-lo cumprindo a 297 Lei 8666/93. Não havendo mais nenhum questionamento, a Resolução foi posta em votação, e aprovada por 298 unanimidade. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)** sugeriu que 299 houvesse inversão de pauta, e que se passasse ao ponto 5 da pauta, visto que a apresentação da *minuta do* 300 *Decreto de alteração dos nomes e área de abrangência dos comitês criados antes da Resolução No. 18/06-CERHI-* 301 *RJ* seria feita de forma mais breve que a revisão do Regimento Interno. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** 302 disse que a minuta de Decreto foi levada à CT-IL, e procedeu à apresentação do documento aos membros do 303 CERHI, esclarecendo que o mesmo foi elaborado pela Procuradoria do INEA e que a Secretaria Executiva 304 apenas acrescentou a questão do nome dos comitês, visto que os comitês que surgiram antes da publicação da 305 resolução CERHI nº18 de 08 de novembro de 2006, poderiam ter os nomes alterados, pois a partir desta, a 306 denominação dos comitês criados foi “comitê de bacia da região hidrográfica”, além de ter ocorrido mudanças 307 no nome de algumas Regiões Hidrográficas, bem como nas suas áreas de abrangência. Disse que foi colocado 308 na CT-IL que a decisão quanto ao nome cabe a cada comitê, e que foi sugerido que o documento seria 309 apresentado no conselho para saber a opinião dos membros, e que após a reunião o documento seria 310 encaminhado aos comitês, para que estes respondessem, por escrito, como ele gostaria do nome. Assim sendo, 311 não haveria necessidade da matéria retornar ao CERHI, mas que se fosse decidido o contrário, a matéria 312 voltaria ao CERHI. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** disse que havia necessidade retornar ao CERHI, 313 pois a legislação diz que toda resolução do Conselho deve passar por decisão e aprovação da plenária. **Sr.^a** 314 **Fátima Casarin (NUGERH/DINEA)**, disse se tratar de uma minuta de alteração de decreto. **Sr. Friedrich** 315 **Wilhelm Herms (UERJ)** argumentou que toda proposta de alteração de sistemas de lei do Sistema Estadual de 316 Recursos Hídricos deve passar pelo conselho e ser aprovada através de resolução, e por isso não se poderia 317 aprovar uma Resolução de algo que ainda não se sabe o nome. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de** 318 **Gestão de Águas e Território/INEA)** falou que era uma questão de dar um voto de confiança aos comitês, 319 que os comitês deveriam dar a última palavra e o CERHI só referendaria. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms** 320 **(UERJ)** disse que por se tratar de uma questão formal, e assim haveria necessidade de se passar pelo Conselho. 321 **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** disse ter dúvidas quanto a este aspecto, por não se tratar de criar uma 322 resolução, e sim sugerir uma minuta de alteração de decreto de alteração dos comitês. Disse ter não enviado 323 antes para os comitês, porque esperava que se chegasse a um consenso no CERHI, sobre qual melhor 324 denominação, e assim sendo, quando encaminhasse aos comitês, apresentar essa sugestão, para que os

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

325 mesmo fizessem suas reflexões, e então trouxessem uma denominação definitiva; por isso argumentou não
326 achar necessário outra intervenção do CERHI. **Sr.^a Dora Negreiros (IBG)** disse considerar que “comitê de
327 bacia hidrográfica” e “comitê de bacia da região hidrográfica” não são sinônimos. **Sr.^a Fátima Casarin**
328 (**NUGERH/INEA**), explicou que este questionamento já havia surgido na criação do 1º comitê criado após a
329 publicação da resolução 18, falou que comitê de bacia é um conceito, e é necessária a inclusão da expressão
330 “de região hidrográfica”, porque a Resolução CERHI nº18 determina que as áreas de abrangência dos comitês
331 no Estado do Rio de Janeiro seguirão as divisões por regiões hidrográficas. Então, se quis preservar a idéia do
332 conceito de “comitês de bacia”, por haver outros tipos de comitês. Posto isso, perguntou à plenária se haveria
333 necessidade de voltar para aprovação do CERHI ou não. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** disse não
334 considerar necessário a questão do decreto alterar as áreas de abrangência, pois a própria resolução nº18, em
335 seu último artigo, diz que todas as áreas passam a valer , a partir daquele momento, nos novos termos, ou seja,
336 a própria resolução já havia modificado os decretos e argumentou que pela resolução nº 18, a definição da
337 região do Guandu é, na verdade, Região da Baía de Sepetiba, logo que se saia como proposta no decreto a base
338 da resolução nº 18. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)**, explicou que este documento foi criado pela
339 Procuradoria do INEA, com o intuito de se fazer uma alteração completa, ou seja, ter um documento já com
340 todas as informações necessárias. E, em relação á questão do nome do CBH-Guandu nos mapas da resolução
341 18, ressaltou que a região aparece apenas com o nome de Guandu, por isso que acabou sendo esta a
342 denominação presente no decreto, e complementou dizendo que para resolver estas questões é que o
343 documento será enviado para análise e proposições dos comitês. **Sr. Rovani Dantas (MERO)** citou o caso do
344 CBH Macaé, do qual a bacia do Rio das Ostras não fazia parte antes da resolução, e por isso o comitê vinha
345 solicitando esta retífica no decreto, por desejar que conste o nome Rio das Ostras em sua denominação. Disse
346 que no CBH Macaé, só vão às Câmaras Técnicas os assuntos que o plenário não se sentir confortável para
347 deliberar. Fátima ressaltou que. **Sr.^a Maria Aparecida Vargas (CEIVAP)** expôs sua dúvida quanto à
348 denominação utilizada, dizendo que ou é comitê de bacias contíguas ou é de região hidrográfica, logo a
349 denominação comitê de bacia da região hidrográfica não seria a mais correta. **Sr. Luiz Firmino Martins**
350 **Pereira (Presidente do INEA)** disse ser este um questionamento oportuno, e que defende não tirar o termo
351 “bacia” do nome, para que possa se diferenciar o comitê de outros tipos de comitê quanto ao conceito de
352 trabalho, mas que a semântica necessita ser discutida. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** reiterou que
353 este tema já havia sido questionado anteriormente, **Sr.^a Moema Versiani (GEIRH/INEA)** disse que, à época
354 da discussão, recorreram à lei 9433, onde se encontra a definição de “Comitês de Bacia Hidrográfica”. Então,
355 como se quis preservar o conceito da lei e a fim de se adequar ao novo ordenamento oriundo da resolução
356 nº18, escolheu-se a denominação de “Comitê de Bacia da região Hidrográfica”. Sr. Sertã disse que na gestão de
357 recursos hídricos, foi-se criado um nome próprio , chamado “Comitê de Bacia”, e não é possível seccionar este
358 nome próprio , sob pena de gerar uma confusão maior que a dificuldade na interpretação. Sugeriu que se
359 começasse a se pensar no termo “Comitê de Bacia” como sendo um nome próprio, mesmo que fazendo uma
360 concessão à semântica. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** argumentou que a solução seria usar o
361 conceito presente na Resolução 18, a qual define a Região Hidrográfica como união de várias bacias
362 hidrográficas, e para não perder o nome próprio já instituído, a melhor denominação seria “Comitê das Bacias
363 Hidrográficas da região...” **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)**
364 discordou, exemplificando o caso do Médio Paraíba do Sul, que na verdade, é apenas um pedaço de uma bacia.
365 Disse que se for levar em consideração a questão física, não haverá saída, pois há diferentes formas
366 hidrográficas, e que por essa razão, preferiu-se a denominação “região hidrográfica” **Sr. Friedrich Wilhelm**
367 **Herms (UERJ)** disse, então, que se deve manter o conceito da Resolução 18, “Comitê de Bacia da região
368 Hidrográfica” e colocar o nome da Região Hidrográfica tal como se encontra na resolução nº18. **Sr.^a Fátima**
369 **Casarin (NUGERH/INEA)** indagou se o documento voltaria ou não ao CERHI. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms**
370 (**UERJ**) pediu questão de ordem e disse que, em acordo com o decreto de criação do CERHI, é obrigatório se
371 passar pelo CERHI. **Sr.^a Maria Aparecida Vargas (CEIVAP)** argumentou que o documento já estava passando
372 pelo CERHI, logo se os comitês acatassem o documento tal qual discutido na plenária do CERHI, não haveria
373 necessidade de retorná-lo. Então **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** fez uma proposta
374 de encaminhamento na qual, a minuta de decreto seria encaminhada aos comitês, e se não houver mudanças
375 no texto aprovado na plenária da CERHI, o Decreto estaria aprovado e seria encaminhado ao Governador; caso
376 haja mudanças nos nomes, o assunto entraria em pauta na próxima reunião. **Sr. Mauro Alexandre Prioste**
377 (**CBH-Macaé**) comentou sobre o caso do CBH Macaé, dizendo ser a questão de adequação do nome uma
378 demanda antiga do comitê, e disse concordar com a proposta de encaminhamento do Sr. Luiz Firmino. **Sr.**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

379 **Carlos Buarque Viveiros (IBG)** disse que seria bom estabelecer um prazo. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms**
380 (**UERJ**) disse q o CERHI não poderia estabelecer este prazo, pois seria uma ingerência sobre o calendário dos
381 comitês. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** colocou sua sugestão, que era de encaminhar aos comitês,
382 solicitando que este fosse assunto das próximas reuniões plenárias dos comitês envolvidos, e que o prazo a ser
383 estabelecido seria após as datas dessas plenárias. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** disse que observou
384 erros no documento no que tange ao Comitê Guandu, pois, na minuta de decreto estava escrito, no art. 1º, que
385 o Decreto 31178 criava o comitê Guandu, quando, na verdade, segundo o conselheiro, o decreto criou o Comitê
386 dos Rios Guandu, Guandu-Mirim e da Guarda. Pediu que antes do encaminhamento fosse realizada uma
387 revisão criteriosa do documento. **Sr.^a Raquel C. da Rocha (Procuradoria INEA)** explicou que haveria a
388 necessidade de se fazer um decreto para alterar os decretos de criação destes comitês, visto que, no aspecto
389 legal, um decreto só pode ser alterado por meio de outro decreto, e não por uma resolução. **Sr. Friedrich**
390 **Wilhelm Herms (UERJ)** salientou que o seu questionamento se referia à formatação, ao fato de o nome do
391 comitê não estar correto no documento analisado, e que pelo Decreto de Criação do Comitê o nome do Comitê
392 seria Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, Guandu-Mirim e da Guarda. **Sr.^a Luiza Cristina Krau**
393 (**FURNAS**) argumentou que, se os comitês analisarem o documento, não importaria a análise dos conselheiros
394 antes do envio aos comitês, sendo mais importante que essa análise do CERHI fosse feita após o documento
395 retornar dos comitês. Disse que o documento poderia ter sido enviado primeiro aos comitês e só então passar
396 pela plenária do CERHI. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)**
397 então fez uma sugestão, de que se encaminhasse a minuta de decreto aos comitês, para análise,
398 principalmente quanto ao nome, e depois o documento retornaria ao CERHI, sendo encaminhado aos
399 conselheiros antes da próxima reunião plenária, quando será objeto de discussão. Esta proposta de
400 encaminhamento foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Rosa Formiga invocou próximo item
401 4) *Aprovação do novo Regimento Interno do CERHI, elaborado pelo GT-RI e aprovado na CT-IL*, indagando a
402 respeito do tempo restante. Sendo avisada que lhe restavam 10 minutos, propôe deixar o tópico para a
403 próxima reunião plenária. Houve concordância dos conselheiros presentes. Passou-se então ao item 6)
404 *Assuntos Gerais*. **Sra. Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** anunciou à plenária as demandas da 27^a reunião
405 ordinária. O primeiro item era o encaminhamento do decreto de alteração da área de abrangência dos comitês,
406 já colocado nesta reunião . O segundo, urgência na solução do problema da cobrança dos débitos da CEDAE
407 anteriores a maio de 2008, a fim de evitar prescrição da dívida. **Sr.^a Moema** explanou sobre o assunto,
408 dizendo que o INEA já fez sua parte, iniciando o processo para a notificação do débito consolidado das
409 cobranças de 2004, que o processo está tramitando no INEA, e que ao final de 2009, prescrevem estes débitos
410 de 2004. Disse que, apesar de haver, no decreto que regulamenta o repasse, um artigo tratando da possibilidade
411 de renegociação desta dívida, a Casa Civil exige que esse ponto seja tratado por uma lei específica. Esta já
412 possui minuta elaborada e aguarda a finalização do decreto para a continuidade do processo. Disse que já foi
413 enviado um ofício, com resposta positiva sobre a dívida referente ao período a partir maio de 2008, mas
414 nenhuma resposta conclusiva a respeito dos outros anos. Depois, entrou em novo assunto, que era verificação
415 da situação de empenho para impressão do plano de bacias do CBH-Guandu que **Sr. Friedrich Herms** afirmou
416 ter sido cancelado. Fátima responde que não houve cancelamento, apenas aguardavam a autorização da
417 Agência Nacional de Águas, para inclusão da publicação do nome da ANA, o que já aconteceu e portanto a
418 questão já está sendo encaminhada. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** alega que o que sabia era que a
419 empresa não conseguiu apresentar os produtos pela falta de autorização da ANA, a qual não veio até o final de
420 2008, o empenho havido suspenso, logo se deveria reemprender este ano. **Sr.^a Fátima Casarin**
421 (**NUGERH/INEA**) então reafirmou, que já está tudo certo quanto a este tópico e que o INEA está
422 intermediando a negociação entre a empresa e o comitê. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** disse não
423 concordar, pois o intermediário seria o Comitê, que está acordando diretamente com a empresa, e não o INEA.
424 **Sr.^a Fátima Casarin (INEA)** concordou, porém reafirmou que nesse ponto específico houve intermediação do
425 INEA ao repassar a demanda do comitê para ciência da empresa, pois não cabe ao órgão solucionar de forma
426 autônoma esse assunto, apenas repassar as respostas da empresa. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)**
427 perguntou se houve algum posicionamento jurídico da Procuradoria e se é possível a redução de 25 % pedida
428 pelo comitê. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** respondeu que esta decisão cabe à empresa. **Sr.^a Rosa**
429 **Formiga Johnsson (Diretora de Gestão de Águas e Território/INEA)** explicou que todas essas decisões
430 passam pela procuradoria do INEA, e caso houvesse alguma irregularidade, esta não permitiria a execução de
431 atos ilegais. Fátima argüiu sobre demanda pela qual a minuta de decreto de alteração dos nomes dos comitês
432 passasse pela CT-IL, sugerida pelo Sr. Paulo Canedo, dizendo que já foi解决ado. Levantou o próximo

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

433 tópico, direcionado ao GT FUNDRHI, no qual se pedia o encaminhamento das primeiras parcelas do
434 pagamento da CEDAE do débito devido ao INEA, para correção do saldo dos Comitês, sugestão do Sr. Paulo
435 Canedo (Presidente do CERHI). Concluiu que o GT-FUNDRHI deve se reunir para discutir essa questão. A
436 próxima demanda era para o CERHI, tratando sobre a carta AGEVAP/CEIVAP para análise jurídica do INEA
437 como sugerido pela Rosa Formiga. Fátima afirma que isto já está em andamento a análise da possibilidade de
438 qualificação da AGEVAP, assim como de outras. O tema seguinte era sobre a promoção do retorno das funções
439 da comissão conjunta CEIVAP e CBH Guandu. **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** afirma que isso já está
440 sendo feito. **Sr.^a Fátima Casarin (NUGERH/INEA)** citou, então, a demanda relativa à questão da estação de
441 tratamento em tempo seco, dizendo já ter sido abordada na reunião. Abriu então, o espaço para outros
442 assuntos. Então, **Sr. Humberto Albuquerque (ABAS)** disse ter recebido um guia do usuário da CEDAE, de
443 outubro de 2008, o qual distorcera informações sobre poços, dentre elas a informações sobre monitoramento
444 da água dos poços e proveniência das mesmas. Após a crítica a palavra é dada ao **Sr. Eduardo Schlaepfer**
445 (**Nova CEDAE**) para uma réplica. Este respondeu não ter conhecimento da cartilha e concordar com as
446 críticas, mas argumentou que o Sr Humberto deveria ter encaminhado um ofício à CEDAE pela ABAS. **Sr.^a**
447 **Maria Aparecida Vargas (CEIVAP)** argumenta que antes deve se avaliar o teor do texto, para se saber em que
448 contexto foi colocado estas questões. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** sugeriu que o
449 **Sr. Humberto Albuquerque (ABAS)** listasse todos esses equívocos e redija um ofício ao CERHI, para que
450 este faça um ofício, interpelando a CEDAE quanto a esses equívocos, após uma reunião de Câmara técnica de
451 Águas Subterrâneas, (CT-AS) na qual serão discutidos os erros do material. **Sr. Carlos Buarque Viveiros**
452 (**IBG**) comentou que, na reunião anterior, em março, foi dito que no mês seguinte a CEDAE começaria a
453 efetivar os pagamentos, mas logo depois outra informação foi passada. Ele deseja saber então se existe uma
454 definição do governador com relação ao pagamento porque da CEDAE, porque esses recursos já estarão
455 impossibilitados de serem acordados. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** disse que,
456 através de um ofício assinado pelo presidente da CEDAE e recebido por ele, ficou explicitado que o pagamento
457 será realizado com a publicação do decreto. E também que a CEDAE reconhece apenas os pagamentos de maio
458 de 2008 para frente e não os anteriores à criação da lei que os exige. No entanto, este decreto foi revisto pela
459 casa civil e modificado em itens essenciais, ação esta que colocou em cheque todo o acordo anterior
460 estabelecido entre o INEA e a CEDAE e reafirmou que a CEDAE cumprirá o dito no ofício e que a questão
461 depende de ações burocráticas, mas que dentro das possibilidades e do tempo necessário será feito o
462 pagamento. E ratificou que o CERHI está fazendo o possível para que isso aconteça, apesar das dificuldades. E
463 que o governador está ciente do assunto. Mas relatou que a CEDAE não reconhece os débitos anteriores a
464 maio de 2008, dos quais ainda pretende recorrer judicialmente. **Sr. Carlos Buarque Viveiros (IBG)**
465 argumentou que a questão dos débitos anteriores a maio de 2008 são mais complexos, visto que se aproxima
466 sua prescrição. E então abordou outro assunto e perguntou sobre quem era o representante do CERHI no
467 CNRH. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** respondeu ser o presidente do CERHI o Sr.
468 Paulo Canedo ou ele próprio e acrescenta que no momento ambos estão sem tempo para ir ao CNRH, e que
469 Rosa Formiga havia sido encaminhada como representante, tendo inclusive participado da posse dos
470 conselheiros do CNRH, como a representante do CERHI. **Sr. Carlos Buarque Viveiros (IBG)** indagou sobre de
471 quem seria a outra vaga. Ao que Sr. Firmino disse pertencer a São Paulo a titularidade, sendo o Rio de Janeiro o
472 suplente. **Sr. Carlos Buarque Viveiros (IBG)**, então, desejou saber se a vaga do conselho é aberta à sociedade
473 civil e ao poder público, ou se pertence a gestão da águas. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do**
474 **INEA)** argumentou que o presidente do conselho é o incumbido de representar o conselho, mas que devido ao
475 tempo escasso estavam enviando a Rosa para que não faltasse a devida representação nas cerimônias. **Sr.^a**
476 **Dora Negreiros (IBG)** pediu permissão para voltar ao assunto do documento da CEDAE, expressando sua
477 discordância sobre uma possível revisão do manual pelo CERHI. Mas admitiu que se faça uma recomendação
478 para que a instituição utilize corretamente os termos técnicos no manual, pois uma informação errada é pior
479 do que a falta dela, e que é inadmissível que a CEDAE distribua folhetos com tais erros. **Sr. Eduardo Schlaepfer**
480 (**Nova CEDAE**) concordou com a Sr.^a Dora, ao comentar que algumas informações ainda se baseiam na antiga
481 legislação e que deve ser feita uma revisão, mas não pelo CERHI, este deve apenas dar uma recomendação. **Sr.**
482 **Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)** apresentou como soluções ou enviar uma carta
483 dizendo que o Conselho estava ciente dos erros ou encaminhar para a Câmara Técnica, dizendo que esta
484 segunda opção não o agrada. Neste momento **Sr. Friedrich Wilhelm Herms (UERJ)** levantou a questão de
485 que o CERHI só poderia fazer monções ou resoluções, e disse que o CERHI pode fazer um ofício a CEDAE
486 solicitando esclarecimento, depois o documento retornaria ao CERHI que decidiria se fará uma monção, já que

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

487 neste caso, não se poderia criar uma resolução. **Sr. Luiz Firmino Martins Pereira (Presidente do INEA)**
488 disse que como representante do presidente do CERHI fará um ofício alertando a empresa e deportando o fato,
489 esclarecendo que o documento foi trazido á reunião, que o mesmo contém impropriedades técnicas, com as
490 quais a empresa deve ser cuidadosa, sem tomar outra posição. Depois, seguiu para outro assunto,
491 contextualizando o novo momento do INEA. Logo após expôs que já iniciou estudos sobre o apoio que deve
492 ser dado aos comitês e convocou uma reunião com os quatro comitês de bacia do Paraíba do Sul, para tratar
493 com a AGEVAP sobre a viabilidade de disponibilização dos 10% do INEA para auxiliar os primeiros passos dos
494 comitês. Disse ainda, que já pediu a procuradoria para analisar a possibilidade de parceria, o que ajudaria aos
495 comitês a obter apoio estrutural. E, também, que se for uma questão imediata, pode-se utilizar o FECAM ou
496 agir diretamente através do INEA, superando obstáculos para obter a lei delegatória. Requisitou uma reunião o
497 mais rápido possível com representantes dos quatro comitês, para que, no momento da consolidação da idéia
498 e da proposta, já haja alguma organização, pois, no seu entendimento de presidente do INEA, são os comitês
499 que podem iniciar esse processo mais rapidamente, e que diante de uma experiência bem sucedida haverá
500 repasse da idéia para os outros comitês. Disse que a questão dos convênios é complicada, que sempre que
501 possível os comitês devem adquirir coisas que possam ser pagas imediatamente. O presidente diz ainda que
502 existe uma grande vantagem, já que a AGEVAP possui Personalidade Jurídica e tem ferramentas importantes
503 para gerir uma Bacia Federal, e que os comitês estaduais terão oportunidade de trazer os conflitos para dentro
504 da agência federal, sendo portanto uma experiência válida. **Sr.^a Rosa Formiga Johnsson (Diretora de Gestão**
505 de Águas e Território/INEA) complementou afirmando que fazer contrato de gestão com entidade de bacia
506 não é simples, pois é difícil encontrar uma associação que queira receber essa delegação, pois existem metas a
507 serem alcançadas. Por isso, a idéia de se aproveitar a expertise já criada pela AGEVAP seria importante para
508 queimar etapas. **Sr.^a Cláudia Dias (UTE)** argumentou que o Regimento Interno é um assunto que deve ser
509 colocado na próxima pauta, e pede que os comentários sejam encaminhados previamente. **Sr. José Alfredo**
510 Sertã (ABES-RJ) explicou, então, que o documento da ABES, lido durante a reunião seria encaminhado à
511 Secretaria-Executiva do CERHI, para que esta repassasse aos membros, a fim de enriquecer o conhecimento
512 sobre o assunto. Também ressaltou a qualidade da ata apresentada. Agradeceu a presença de todos e encerrou
513 a reunião às 17:15

514
515

Paulo Canedo de Magalhães
Presidente CERHI

Luiz Firmino Martins Pereira
Secretário Executivo CERHI